

## ATAS

### ATA nº 5 (cinco)

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, reuniu-se na Creche A Tartaruga e a Lebre, sita na Rua Carlos Mayer, número 4, Alvalade, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo número 38º, alínea 1, dos Estatutos em vigor e o artigo número 27º, alínea 1-a) dos Estatutos presentes à Segurança Social, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**Ponto um** – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e da Previsão Orçamental para o ano de 2018. -----

**Ponto dois** – Apresentação, discussão e votação de proposta de venda do terreno sito na Rua Barão de Sabrosa, nº 50, em Lisboa (artigo número 47º, alínea p) dos referidos Estatutos). -----

Não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a reunião à hora marcada, reuniu a Assembleia às vinte e uma horas, com o número de associados presentes, nos termos dos números 1 e 2 do artigo número 43º dos Estatutos da APPACDM de Lisboa. -----

Presidiu à Assembleia o Presidente da Mesa, o associado Miguel Almeida Chaveca Quintino, estando também presentes o Vice-Presidente, o associado Pedro Manuel da Silva Leandro e a Secretária, a associada Maria Isabel Macedo da Silva Bento. -----

O Presidente da Mesa procedeu à abertura da Assembleia Geral, dando as boas vindas aos associados presentes e verificou o Livro de Presenças, não haver delegações de voto e a presença de vinte e cinco (25) associados na sala. Foi confirmada a regularidade da convocatória (anexo 1), enviada por *mail* aos associados e divulgada no *site* institucional, bem como certificada a respetiva publicação nos jornais diários "Diário de Notícias" e "Correio da Manhã" no dia catorze de novembro do presente ano (anexos 2 e 3 respetivamente), procedendo à leitura da Ordem de Trabalhos e questionando se havia algum ponto a adicionar por parte de algum dos associados, não sendo obtida qualquer sugestão; por conseguinte, tendo sido colocada à votação a Ordem de Trabalhos, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Passando-se ao **Ponto um**, para o efeito foi dada a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, que agradeceu a presença de todos e iniciou a sua exposição, salientando a criatividade da primeira página do Plano de Atividades e Orçamento, que contém um conjunto de frases da autoria dos representantes dos utentes/clientes, reunidas num dos encontros levados a cabo durante o ano em curso. Evidenciando a importância do documento no que se refere ao respetivo enquadramento, o Presidente da Direção informou sobre os acordos de cooperação atípicos que estão congelados pela Segurança Social, bem como sobre as atualizações salariais determinadas por contratação coletiva e pelo aumento do salário mínimo nacional, aspetos estes que implicam uma redução dos recursos financeiros disponíveis, referindo também que as participações familiares são uma variável não controlável. Em seguida, o Presidente da Direção enunciou vários objetivos estratégicos que visam assegurar os resultados, através da sensibilização da tutela, a quem nem sempre se consegue chegar diretamente, devido a dificuldades de conciliação de agendas. Mais informou ter solicitado reunião à Secretaria de Estado da Segurança Social devido à realidade atual do perfil dos utentes/clientes que requer uma atenção específica, nomeadamente a não reversão dos acordos. De momento, com o envelhecimento da população com deficiência intelectual, surgem maiores necessidades, pelo que se pretende continuar a insistir com a Secretaria de Estado no sentido da manutenção e/ou aumento dos acordos. -----

O Presidente da Direção referiu-se à transferência do Centro de Atividades Ocupacionais de Santa Clara para o Centro Júlia Moreira, comunicando que se continua a aguardar o parecer técnico da Segurança Social, mas estando já a decorrer as obras, mesmo sem se saber se se mantém o acordo de cooperação, uma vez que tem havido falta de respostas pela Segurança Social, nomeadamente pelo gabinete de arquitetura deste órgão de tutela. -----

Em relação à qualidade dos serviços prestados, a Direção gostaria de aumentar o nível de participação, maximizando os indicadores dos Planos de Desenvolvimento Individual que são o objetivo mais importante do trabalho levado a cabo pela Associação. Quanto ao desenvolvimento e qualificação dos

## ATAS

trabalhadores, para além do cumprimento de todas as questões legais, procura-se proporcionar formação e um bom ambiente de trabalho aos colaboradores. Acrescentou que se pretende aumentar o número de parcerias, desejando-se racionalizar as estruturas e manifestou uma vontade de melhoria na Comunicação (interna e externa), de modo a possibilitar uma maior proximidade com os associados. -----

Relativamente aos Princípios Estruturantes da Ação, o Presidente da Direção considera que a Organização detém um elevado grau de maturidade no que respeita à liderança, uma vez que é descentralizada e participativa, com acompanhamento dos objetivos estabelecidos. Referiu-se brevemente aos restantes princípios estruturantes do referencial de qualidade adotado, afirmando que se procura melhorar cada vez mais essas orientações. Em seguida, mencionou que a prestação de serviços se objetiva segundo determinados indicadores com vários itens, desde os apoios especializados à qualidade de vida dos utentes/clientes, de acordo com os parâmetros pretendidos através de uma equipa multidisciplinar que se materializa desde a Creche até aos Lares Residenciais, passando pelos Recursos para a Inclusão, Atividades Ocupacionais e Formação Profissional. -----

O Presidente da Direção acrescentou que as Diretoras Técnicas dos Lares Residenciais e outros colaboradores acompanham com frequência ao hospital os utentes/clientes e que seria importante haver uma maior proximidade e reconhecimento das famílias para o esforço destes colaboradores na prestação de cuidados urgentes aos seus familiares, devido ao envelhecimento. Acrescentou que existem alguns eventos que se pretende manter e/ou desenvolver, pois dizem respeito a atividades bastante apreciadas pelos utentes/clientes, contando-se com a dinamização destas iniciativas por parte de amigos, de forma muito gratificante. -----

Ainda em relação ao conjunto de respostas sociais, transmitiu que se desativou a Escola de Educação Especial, o que tem a implicação direta de uma redução de verbas na ordem dos vinte mil euros, sem diminuição dos custos da Instituição, pois os recursos humanos se mantêm, uma vez que apenas havia uma Professora destacada. Desconhece-se como irá evoluir a política educacional, havendo várias reflexões sobre o tipo de atendimento que é proporcionado pelo Ministério da Educação aos deficientes profundos. O Centro de Recursos para a Inclusão integra uma equipa de 21 técnicos contratados, sendo apenas 4 do quadro efetivo de pessoal; esta resposta social realiza-se atualmente em 13 agrupamentos, mas sente-se alguma dificuldade em prestar um serviço de qualidade no que diz respeito aos tempos de apoio previstos e à própria interação com famílias e professores. Quanto aos Centros de Atividades Ocupacionais, tem vindo a realizar-se um esforço para reavaliar e reajustar o que existe, com vista ao bem-estar físico e emocional dos utentes/clientes, procurando-se um conjunto de respostas que privilegiem a interação com a comunidade. -----

O Presidente da Direção referiu-se à submissão de um projeto (PROCOOP), havendo iniciativas da Associação que devem ser selecionadas, designadamente no que se refere a alguns projetos locais. A associada Ana Silvestre detalhou os termos desta candidatura para atividades ocupacionais em entidades externas, de modo a proporcionar atividades socialmente úteis com compensação monetária, com vista à aquisição de competências sociais de inserção na comunidade, sendo um projeto específico do concelho de Almada mas que poderá vir a alargar-se a Lisboa. Sobre a Formação Profissional, a associada Anabela Marques confirmou que a Associação concorreu à medida de apoio Portugal 2020, havendo atrasos por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) na respetiva gestão e estando a plataforma eletrónica com falhas no funcionamento, para além de questões burocráticas difíceis de ultrapassar e muitas dúvidas quanto ao futuro financiamento. Esta Diretora informou que o orçamento de 2016 está fechado englobando o financiamento do projeto em curso, mas com despesas assumidas na ordem dos 280.000€, sem se conseguir submeter qualquer verba referente a 2017. -----

O Presidente da Direção referiu-se à área de negócio Soluções com Valor, que tem a ver com as atividades instrumentais, com um contributo positivo na área da jardinagem, em colaboração com autarquias. Para 2018, existe alguma preocupação, devido à mudança no coletivo na autarquia de Almada, não havendo garantias de renovação dos contratos, aspeto este confirmado pelo Gestor do Empreendedorismo, o associado Luís Besugo. -----

Outros aspetos presentes no documento e brevemente abordados pelo Presidente da Direção foram: o Banco de Empréstimo de Produtos de Apoio (BEPA) assumido com o Hospital Garcia da Orta, estando prevista a adjudicação da prestação de serviços à empresa Mobilitec, com uma contrapartida financeira pelos custos logísticos associados; e a continuidade da parceria com a Câmara Municipal de

AP  
23

## ATAS

Almada nos serviços “Transporte Adaptado” e “Almada Solidária”. Foi ainda mencionado que o Departamento de Inovação e Desenvolvimento se mantém com o propósito de identificação de projetos viáveis, para permitir candidaturas com vista a financiamentos adicionais. -----

Chegando ao ponto sobre o Orçamento para 2018, o Presidente da Direção transmitiu as várias alíneas de enquadramento no que diz respeito à dependência de fundos públicos, às possibilidades limitadas de recursos próprios, ao aumento de custos e à reduzida área de proveitos suscetíveis de gerar valor. Acrescentou que os rendimentos previstos serão inferiores, uma vez que a atualização de 1,8% nos acordos de cooperação típicos não abrange os acordos de cooperação atípicos, resultando apenas num aumento de 0,5%. Referiu-se à atualização das comparticipações familiares, matéria sobre a qual a Segurança Social dá uma maior liberdade de ação, havendo maior comparticipação nos rendimentos familiares mais elevados, com uma aproximação gradual ao custo da valência (no ano corrente 5% e no próximo ano estando previsto entre 3% a 3,5%). -----

O Presidente da Direção referiu-se ao aumento dos gastos com pessoal devidos aos aumentos legais (ordenado mínimo nacional e atualização da tabela salarial do contrato coletivo de trabalho). Em resumo, este orçamento apresenta um total de “gastos” de 5.413.153,15€ e um total de “rendimentos” de 5.387.754,81€, o que se propõe um resultado líquido negativo de -25.398,34€, ficando este documento apenso à ata (anexo 4). Quanto aos investimentos, foi adquirida uma nova carrinha e haverá outros custos necessários, designadamente obras de recuperação no Lar Residencial da Quinta dos Inglesinhos, o sistema de climatização no Bloco das Pedralvas e a construção de uma escada de emergência no Bloco Júlia Moreira. -----

Tendo finalizado a exposição, o Presidente da Direção manifestou a sua disponibilidade para prestar esclarecimentos adicionais. O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se havia questões e, não havendo, passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, o associado António Pires de Almeida Veloso Cortesão, que leu integralmente a Ata número 21 do Conselho Fiscal, que reuniu no dia vinte de novembro de dois mil e dezassete (anexo 5), emitindo relatório e dando parecer favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano económico de 2018. O Presidente do Conselho Fiscal perguntou se algum associado precisava de informações adicionais, tendo intervindo o vogal do Conselho Fiscal Patrício Viriato da Cruz, esclarecendo sobre o léxico utilizado, que pode ser considerado demasiado técnico. -----

Não havendo dúvidas, o Presidente da Mesa da Assembleia solicitou aos associados a votação, tendo o Plano de Atividades e da Previsão Orçamental sido aprovado por unanimidade, com zero votos contra e zero abstenções. -----

Em seguida, iniciou-se a análise do **Ponto dois** da Ordem de Trabalhos, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia passado a palavra ao Presidente da Direção, o qual fez menção ao recente falecimento da Enfermeira Regina Granger, uma figura de referência da Associação, sugerindo um momento de reverência à sua memória. Todos os presentes aprovaram por unanimidade o registo de um voto de pesar, a constar desta Ata. -----

O Presidente da Direção afirmou que o tema do património da Associação merece ser discutido com a maior atenção, informando que os pressupostos da proposta de venda do terreno sito na Rua Barão de Sabrosa, nº 50, em Lisboa, foram publicitados no *site*, na área dos Associados (anexo 6). Acrescentou que se fez um esforço para dotar o processo da maior transparência e adequabilidade, dando conhecimento a cada passo ao Conselho Fiscal. Referiu que o grupo de trabalho criado para a gestão do património foi transversal a várias Direções, não tendo tido continuidade e terminado com o mandato da anterior Direção. Relembrou a Assembleia de março, em que um dos pontos era, precisamente, a Comissão para o Património, tendo sido prestados todos os esclarecimentos necessários, não tendo havido a constituição de qualquer Comissão, mas havendo permanentemente informações expressas ao Conselho Fiscal e tendo sido iniciativa da Direção mais dois associados, Maria Antónia Varela Machado e João Pavão Nunes, para tomarem conhecimento deste processo. ---

O Presidente da Direção descreveu brevemente o terreno na área e respetivos limites, informando que foi entregue um projeto à Câmara Municipal de Lisboa (CML), ainda não aprovado. Entretanto, a Associação foi abordada por várias entidades, tendo sido realizado um concurso para venda do terreno. O Presidente da Direção questionou se todos os presentes tinham lido o documento de proposta (anexo 6) e acrescentou que o risco de investimento próprio seria elevado, sendo opinião da Direção de que a única proposta apresentada é muito positiva, devido à evolução do mercado imobiliário. O Presidente do Conselho Fiscal interveio, perguntando qual seria o destino do valor obtido, ao que o Presidente da

AP  
23

## ATAS

Direção esclareceu que, em caso de deliberação favorável à venda, a Direção apresentaria na próxima Assembleia Geral, uma proposta para possíveis aplicações dos fundos assim gerados, conforme artº 22º, alínea o) dos Estatutos ainda em aprovação pela Segurança Social. Estes Estatutos referem que a aplicação das verbas têm que ser sujeitas à aprovação da Assembleia Geral, mas será feito um esforço para manter tudo em investimento. Igualmente, em relação ao prédio da Rua do Garrido (com dois andares vagos), será avaliada a respetiva recuperação, para possível aplicação de rendimento. Informou também sobre o arrendamento da cave do prédio da Rua Penha de França a partir de 1 de dezembro, pelo valor mensal de 550€ e que o andar da Travessa do Possolo está arrendado por 650€. O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum associado pretendia outros esclarecimentos e questionou a existência de uma só proposta, apesar da conjuntura do mercado imobiliário, ao que o Vice-Presidente da Direção, o associado Luís Cascais Xavier esclareceu que o terreno da Rua Barão Sabrosa é muito pequeno, sendo contíguo a outros terrenos adjacentes, cujo proprietário presentemente é único, o que valorizará bastante um futuro imóvel com uma área maior; e acrescentou que não surgiram outros potenciais interessados sem esta sinergia. -----

A associada Manuela Correia perguntou se esta oportunidade tinha sido bem explorada para reforçar o negócio, ao que o Vice-Presidente da Direção explicou que todos os argumentos tinham sido garantidos nas negociações com o interessado e o Presidente da Direção referiu que um investimento próprio seria muito mais arriscado, nomeadamente pela limitação do espaço, previsto apenas para apartamentos T1, com necessidade de garagens e sem qualquer certeza de aprovação pela CML, sendo muito difícil conseguir-se obter um ganho desta ordem de 171.000€. O Presidente do Conselho Fiscal relatou que foi assegurado o exercício de preferência dos proprietários laterais, mas que perderam o interesse devido a questões entre os vários herdeiros, mas que o facto de agora só haver um proprietário fez aumentar o valor, pelo que será de aproveitar a presente proposta, muito vantajosa. O Presidente da Direção informou que as sondagens realizadas não ultrapassaram os 120.000€ e lembrou o processo de concurso público, com as devidas regras. -----

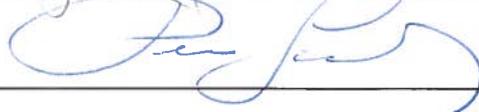
O Presidente da Mesa da Assembleia afirmou que tinham sido prestados todos os esclarecimentos e que o Conselho Fiscal também tinha emitido um parecer favorável, que o Vogal Viriato da Cruz leu integralmente. O Presidente da Direção acrescentou que a responsabilidade da proposta é da Direção, sem prejuízo do parecer do Conselho Fiscal, apesar de não ser necessário face aos estatutos ainda em vigor. -----

Passando-se à votação do Ponto dois da Ordem de Trabalhos, para proposta de venda do terreno sito na Rua Barão de Sabrosa, nº 50, em Lisboa, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Em seguida, o Presidente da Mesa abordou a questão dos Estatutos e da composição dos órgãos sociais, uma vez que na última Assembleia Geral tinham sido votados os aperfeiçoamentos solicitados pela Segurança Social, tendo em novembro sido emitido por esta entidade um documento com a validação dos atuais órgãos sociais. O Presidente da Direção procedeu à leitura integral do parecer favorável da Segurança Social face ao estatutário, em que é confirmada a elegibilidade do órgão fiscal (anexo 7). Esta confirmação da legalidade dos órgãos sociais da Associação, sendo expectável mas não aguardada em termos oficiais por parte da Segurança Social, suscita uma suspeição de que terá sido enviada uma reclamação por parte de algum associado, o que sendo um direito, não faria sentido por estar em causa um reforço do escrutínio da direção, com a inovação da inclusão do ROC no Conselho Fiscal. -----

O Presidente da Mesa clarificou o entendimento legal da composição dos órgãos sociais, designadamente do Conselho Fiscal e deu por encerrada a Assembleia Geral, pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos. -----

Presidente 

Vice-presidente 

Secretária Manuela Isabel Almeida de Almeida Bento